



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Foto: ADUFF



Foto: MIST

Foto: ADUFF



Foto: Monique Tereza Benício

Foto: MANDATO DALIA PEREIRA



Mais prejudicadas pela pandemia, mulheres seguem em luta no Brasil e no mundo

Pág. 4 a 9

Participação feminina na política cresce mas ainda é tímida e insuficiente

Pág. 10 e 11

A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS SE FORJA TODOS OS DIAS

Carolina Maria de Jesus, mulher negra e favelada, nasceu no dia 14 de março de 1914, e escreveu na década de 1960 seu livro *Quarto de Despejo: diário de uma Favelada*, revelando a dura realidade da maior parte da classe trabalhadora brasileira naquele período, ou seja, a realidade da fome. Ela dizia: “Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”. E segue: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”.

Com o avanço da fome, da carestia, do desemprego, da discriminação e do genocídio em curso em nosso país, derivados das políticas do governo federal frente à pandemia de Covid-19, é urgente reivindicarmos as palavras da escritora Carolina Maria de Jesus para pavimentar nossas lutas no presente. Por isso, encerrando o mês de março dedicado à luta das mulheres trabalhadoras, esta edição do InformANDES expressa, em suas matérias, o quanto as relações sociais estão desigualmente

assentadas sobre as bases de classe, de raça e de gênero.

O mês de março é fundamental para reivindicarmos a luta histórica das mulheres trabalhadoras ombro a ombro com toda a classe. Desde o início do século passado, as trabalhadoras organizadas denunciavam a exploração e a precarização das vidas diante das desumanas condições de trabalho, exigiam a socialização do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, o direito sobre os próprios corpos e a participação nos espaços políticos decisórios da sociedade - entre os quais, os sindicatos.

Por mais que tenhamos avançado desde o início do século passado, é fato que ainda hoje as mulheres seguem reivindicando aqueles mesmos direitos e, no contexto da pandemia, faz-se necessário intensificar a luta pelo direito à vida. Porque certamente são as mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, periféricas e pauperizadas que têm as vidas mais precarizadas.

A realidade imposta pela Covid-19 sobre a vida das mulheres trabalhadoras nos tem revelado a exaustão das mães solo no trabalho remoto, bem como o aumento da taxa de desemprego das trabalhadoras domésticas. Os números apontam, também, o quanto as mulheres estão apartadas dos espaços políticos decisórios, entre eles o Congresso e o Senado. Sabemos que a democracia

e a institucionalidade burguesa estão longe de dar respostas aos anseios da classe trabalhadora, mas é também nestes espaços que se constroem os possíveis avanços de melhores condições de vida da população por meio da luta de direitos sociais.

A defesa da solidariedade de classe precisa reforçar as pautas feministas, antirracistas, antilgbtfóbicas e antipacitistas, pois essas pautas tratam da defesa da vida que é desigualmente vivida. Não existe aqui “limitação” identitária, mas sim a denúncia da vida concreta da classe trabalhadora brasileira que, a partir de uma formação social com base escravocrata e patriarcal, impõe sobre o corpo das trabalhadoras as mais profundas mazelas. Por tudo isso, no mês de março o ANDES-SN participou de uma intensa agenda de luta com os movimentos sociais, sindicais e estudantis no sentido de fortalecer a luta das mulheres que significa, por certo, fortalecer toda a luta da classe trabalhadora na construção de outro mundo, livre da exploração e da opressão.

Reivindicamos, por fim, o legado das palavras da revolucionária Rosa Luxemburgo, também nascida em março: ‘por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres’; para isso, é no chão de todos os dias que forjamos nossas lutas!

VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS JÁ!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

14M - 3 ANOS SEM

MARIELLE

AINDA EXIGIMOS RESPOSTAS!



Arte: Angel Holanda

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Mais prejudicadas pela pandemia, **mulheres** seguem em luta em todo o mundo

FOTO: AL JAZEERA INTERNACIONAL (A-H)



MÉXICO

afirmou Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e vice-secretária geral das Nações Unidas.

Tal cenário fez com que, apesar da pandemia, mulheres em todo o mundo fossem às ruas no dia 8 de março exigir melhores condições de vida, autonomia sobre seus próprios corpos, direito ao aborto legal, gratuito e seguro e o fim da violência sexual e de gênero.

França, Argélia, Bolívia, Paquistão, Bélgica, Líbano, Índia, Filipinas, Grécia, Turquia, Alemanha, Chile, Romênia, Japão foram alguns dos países que registraram manifestações de rua.

No México, o governo de Andrés Obrador instalou uma barreira de quase 3 metros de altura ao redor do Palácio Nacional do México, para evitar ataques à sede do governo. A cerca acabou virando mural, onde manifestantes colocaram diversos cartazes contra a violência de gênero e o feminicídios, que aumentaram nos últimos anos. Em 2020, foram 3.723 mortes violentas de mulheres, somando feminicídios e homicídios dolosos.

Depois do Brasil, o México é o segundo país da América Latina com mais crimes contra a mulher com base no gênero, segundo dados da Cepal/ONU.

Na Polônia, desde o ano passado, centenas de milhares de mulheres estão nas ruas contra uma mudança que endureceu ainda mais uma das legislações mais restritivas da Europa em relação ao aborto. No final de janeiro deste ano, a decisão do tribunal constitucional virou lei e no país eslavo, onde a maioria é católica, o aborto agora é ilegal, mesmo em caso de malformações graves do feto.

"A gente tem vivido ameaças constantes de retrocessos, no Brasil e no resto do mundo, com o avanço dos governos conservadores, reacionários e fundamentalistas", afirma Jolúzia Batista, ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e integrante da Frente Nacional contra a criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto no Brasil.

Jolúzia, que também é assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), reforça o caráter reacionário dos governos de direita e extrema direita, que estão impondo retrocessos às lutas históricas das mulheres, como na Hungria, Polônia e no Brasil.

As mulheres em todo o mundo foram as mais atingidas pela pandemia de Covid-19. Além da sobrecarga do trabalho doméstico, as mulheres e meninas também estão entre as mais expostas à violência doméstica, ao desemprego e à fome, segundo levantamento da ONU Mulheres divulgado no início de março.

Outro relatório, publicado em fevereiro pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão também ligado à ONU, mostra o impacto da pandemia nas ocupações e condições de trabalho das mulheres nessa região. De acordo com o levantamento, os reflexos da Covid-19 já representam um retrocesso de mais de uma

década na luta pela equidade de gênero no mercado de trabalho. A Cepal estima que cerca de 118 milhões de mulheres latino-americanas e caribenhas estejam em situação de pobreza, o que representa 23 milhões a mais do que em 2019.

"Durante a pandemia, vimos o aumento da violência contra mulheres e meninas, a perda de aprendizagem das meninas, à medida que aumentam as taxas de evasão escolar, as responsabilidades com os cuidados e os casamentos infantis. Estamos vendo dezenas de milhões de mulheres mergulhando na pobreza extrema, pois perdem seus empregos a uma taxa maior do que os homens e pagam o preço pela falta de acesso digital e habilidades",



FOTO: FRAN REBBATTO

“A gente já vivia com um conservadorismo latente na sociedade, mas hoje o conservadorismo que se expressa é também reacionário, porque tem feito investidas nas Casas Legislativas, nos Executivos para mudar, para retroceder, para tirar direitos que as mulheres conquistaram ao longo de anos de lutas democráticas. Estamos vivendo riscos enormes. O que a gente viu acontecer na Polônia em janeiro foi muito sério, praticamente o país retrocedeu bastante e se igualou ao Brasil, com permissivos que são limitantes dos direitos das mulheres”, ressalta.

Conquistas

Apesar de muitos ataques e retirada de direitos, a luta das mulheres conseguiu garantir algumas conquistas importantes pelo mundo no final de 2020 e início de 2021. Na Espanha, por exemplo, a partir de 1 de janeiro deste ano, a licença paternidade foi equiparada à maternidade e mulheres e homens passaram a ter direito a 16 semanas de licença parental. As licenças são 100% remuneradas e as quatro primeiras semanas são intransferíveis e devem ser usufruídas também pelos homens logo após o parto.

Embora seja considerada uma melhora em relação a outras legislações, a lei espanhola ainda não avançou no sentido de garantir mais direitos às mulheres, como a possibilidade de licença maternidade de seis meses para garantir o aleitamento materno exclusivo, como preconizado pela Organização Mundial da Saúde.

Na Coreia do Sul, o direito à interrupção voluntária da gravidez, que antes era garantido apenas às mulheres vítimas de estupro ou que corriam risco de morte decorrente da gestação, foi expandido a todas as mulheres. No primeiro dia de 2021, a lei que criminalizava o aborto foi retirada da legislação do país. Porém, a interrupção da gravidez ainda não foi regulamentada e grupos conservadores estão reagindo para que emendas sejam aprovadas limitando o direito. Já cobram, por exemplo, medidas para proibir o aborto após seis ou dez semanas de gravidez e, também, para que os médicos tenham a opção de recusar a realização do aborto.

Onda Verde

De todas as conquistas recentes, a mais expressiva foi a aprovação da lei do aborto legal, gratuito e seguro na Argentina. Após décadas de luta, as mulheres argentinas conquistaram, no dia 29 de dezembro de 2020, uma legislação que garante a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação. Nas páginas seguintes, entrevistamos a deputada argentina, Romina Del Plá, acerca do processo que levou a essa vitória.

Embora avalie que o contexto no Brasil, e em demais países da América Latina é bastante desfavorável para avanços na garantia de direitos às mulheres como ocorreu no país vizinho, Jolúzia Batista aponta que é possível aprender com a

organização e luta das mulheres argentinas.

“Um aprendizado que passa por uma luta ampla, que envolveu vários setores do campo da esquerda, e que também construiu com esses setores do campo da esquerda um espaço de diálogo e de respeito por uma agenda tão radical quanto a luta pela descriminalização e legalização do aborto. Essa é uma questão central na luta feminista porque também diz respeito às liberdades democráticas e ao exercício da democracia. E, na Argentina, isso foi bem admitido por um amplo campo da esquerda e foi admitido também, por esse amplo campo da esquerda, que o protagonismo dessa luta era dos coletivos feministas, que era a bandeira feminista quem coordenava as ações relativas a essa luta. Isso foi bastante importante para o avanço dessa luta e a conquista desse direito na Argentina”, avalia.

BRASIL FICA DE FORA

O Brasil se recusou a assinar uma declaração conjunta, referendada por mais de 50 países, para marcar o Dia Internacional das Mulheres no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O documento aponta como urgente a promoção e proteção dos direitos das mulheres. Ressalta que o CDH da ONU deve ser espaço para que “todas as vozes feministas possam mobilizar ações e políticas para atingir, de forma definitiva, a igualdade de gênero.” Segundo nota emitida pelo Itamaraty, o Brasil não assinou a declaração pois a mesma fazia referência aos direitos sexuais e reprodutivos.



Foto: Fran Rebellato

“A luta e a organização das mulheres, em unidade com a classe trabalhadora, tem um mundo a conquistar”, Romina Del Plá

A defesa do direito das mulheres de decidirem sobre seus corpos é estruturante na luta da classe trabalhadora. E, a luta pelo aborto legal, seguro e gratuito é central na oposição ao modelo capitalista patriarcal, conservador e ultra neoliberal que vivemos. Por isso, é fundamental aprofundar e ampliar esse debate entre trabalhadores e trabalhadoras.

Na Argentina, após décadas de luta, as mulheres finalmente conquistaram, em 29 de dezembro de 2020, uma legislação que despenaliza e legaliza o aborto gratuito até a 14ª semana de gestação e a atenção após a interrupção da gravidez.

Meninas de até 13 anos poderão ter acesso ao aborto acompanhadas por uma pessoa responsável e adolescentes de 13 a 16 só necessitarão de autorização caso o procedimento comprometa sua saúde. Jovens acima de 16 anos poderão decidir sozinhas pelo procedimento.

A lei 27.610 garante ainda a possibilidade de interrupção da gestação

por tempo indeterminado para as mulheres grávidas em decorrência de estupro ou que estejam correndo risco de morte, únicas condições em que era permitido até agora.

Para saber mais sobre como foi o processo de organização e luta por essa conquista e refletir sobre a importância da aprovação desse projeto para a luta das mulheres na América Latina, o InformANDES conversou com a deputada nacional argentina pela Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT), Romina Del Plá. Professora de educação básica e dirigente do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Educação da Província de Buenos Aires (Suteba), seção de La Matanza, a parlamentar milita há anos pela legalização do aborto e pela separação do Estado e da igreja.

InformANDES: Como foi o processo que culminou na lei argentina que permite o aborto legal até a 14ª semana de gestação, aprovada em 29/12/2020?

Romina Del Plá: A luta pelo direito ao aborto legal está em nosso país há décadas, tendo que enfrentar a inimizade de todos os governos. O projeto de lei da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto (do qual fui uma das quatro primeiras signatárias desde que me tornei deputada, em suas duas últimas apresentações) foi sistematicamente apresentado e engavetado, na Câmara dos Deputados, desde 2007, por políticos dos partidos dominantes. O fenômeno que vimos em 2018, a onda verde, deu um caráter massivo a essa demanda tão sentida pelas mulheres - em particular as mulheres pobres e trabalhadoras, que são as principais vítimas do aborto clandestino. Uma extraordinária mobilização se instalou em nível nacional, o que conquistou uma maioria social a favor desse direito, derrubando preconceitos e enfrentando o obscurantismo religioso tão difundido em nosso país. Na ocasião, o governo de Mauricio Macri possibilitou, pela

primeira vez, a tramitação parlamentar do projeto, buscando abrir um racha político entre a PJ, que se preparava para disputar o poder nas eleições do ano seguinte, e o “papai peronista”. Nenhum desses blocos políticos se jogou a fundo nessa causa. A rejeição no Senado, diante de uma mobilização de dois milhões de pessoas, evidenciou essa orientação.

Mas a Onda Verde conseguiu colocar definitivamente na ordem do dia sua luta pelo aborto legal. O governo de Alberto Fernández, depois de declarar que não era “sua prioridade”, foi finalmente obrigado a manter seu compromisso de promover essa pauta, já na reta final de sua campanha eleitoral. Ao longo do primeiro período de sua gestão, com a desculpa de combater a pandemia, o tema foi arquivado. Foi a pressão popular, em um contexto de crise econômica e social muito aguda no país, que operou pela conquista da lei. É sem dúvida uma conquista histórica, que não se esgota pelo fato de ter obtido a sanção de uma lei, mas atinge toda a estrutura ideológica e política com a qual operam as instituições religiosas para pregar a humilhação e a subordinação das mulheres. Reforça-se, agora, uma perspectiva de luta pela separação definitiva entre as igrejas e o Estado.

InformANDES: Você acredita que essa lei pode servir como modelo para que outros países latino-americanos discutam e aprovem legislações favoráveis ao aborto? E servir como estímulo para a luta das mulheres em outros países?

RDP: Sem sombra de dúvidas. A onda verde ultrapassou fronteiras e a luta por esse direito é patrimônio de diversos países no mundo. É bandeira de luta pela emancipação e a Argentina mostrou que a mobilização popular é o único método para enfrentar os Estados que governam de mãos dadas com as igrejas e utilizam o aborto clandestino como um instrumento de controle político e arregimentação social. Porque a tutela estatal e ideológica sobre as mulheres é uma arma poderosa de submissão e divisão de toda a classe trabalhadora.

O mais importante é o estímulo e o impulso para a luta. A experiência argentina mostra, mais uma vez, que os direitos não nos são dados por ninguém, são conquistas. Isso é o mais valioso.

Quanto à lei, o texto aprovado e sancionado tem sérios limites sobre os quais quero alertar. O reconhecimento da objeção de consciência, em lugares onde os sistemas de saúde estão abarrotados de agentes religiosos – como ocorre na Argentina –, é uma arma para bloquear o direito ao aborto. Foi uma das principais concessões que o governo de Alberto e Cristina Fernández fez às igrejas e que não constava no projeto da Campanha, desde 2016.

InformANDES: No Brasil, sob um governo conservador de extrema direita, os direitos das mulheres são constantemente atacados. Como você avalia a luta das mulheres, os avanços e retrocessos do ano passado e as perspectivas para 2021 na América Latina e em outros países?

RDP: A América Latina, nos últimos anos, foi sacudida por rebeliões populares que tiveram as mulheres trabalhadoras, e em grande medida suas demandas, na linha de frente em choque contra os governos conservadores (ou de coalisão) e majoritariamente religiosos.

Como fenômeno particular, a luta das mulheres e das minorias está sem dúvida em ascensão. O processo iniciado no Chile e a recente legalização do aborto na Tailândia dão conta deste fenômeno. A comoção social frente à barbárie dos feminicídios também sustenta a organização e mobilização, como ocorre na França com o grito por justiça para Julie, ou como estamos vendo agora na

Argentina, onde temos mais feminicídios que dias corridos desde o início do ano e nesse momento vivemos protestos na região onde um policial assassinou Úrsula Bahilo. A indignação aumenta diante da evidente responsabilidade de um Estado que ensina o desprezo à mulher e é uma fábrica homens de violentos e feminicidas.

A consigna de que “o Estado é responsável” empunhada nas primeiras mobilizações populares em 2015, pelo movimento “#NiUnaMenos” na Argentina, tem um significado importante para o que acontece em todo o mundo, porque conecta a luta por nossos direitos à luta necessária por uma transformação social profunda.

Os governos e o poder dos capitalistas nos fazem retroceder em nossas condições de vida e em matéria de vulnerabilidade, frente às crescentes penúrias [que enfrentamos], porém a luta e a organização das mulheres, em unidade com a classe trabalhadora, tem um mundo a conquistar. Desde o Partido Obrero e o Plenário de Trabalhadoras a nossa luta é em escala mundial, pelo fim da opressão e da exploração e pelo socialismo.

“**É sem dúvida uma conquista histórica, que não se esgota pelo fato de ter obtido a sanção de uma lei, mas atinge toda a estrutura ideológica e política com a qual operam as instituições religiosas para pregar a humilhação e a subordinação das mulheres.**”



Foto: FACEBOOK / ROMINA DEL PLÁ

Romina Del Plá - Deputada nacional argentina pela Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT)

8M: Mulheres em luta no Brasil



Foto: Euzénetta Leite / Anupir SSINO

Assim como no resto do mundo, o 8 de março no Brasil foi marcado por atos presenciais simbólicos, devido as regras de distanciamento social, carreatas e muitas atividades virtuais que debateram as condições de vida das mulheres no país, pioradas sobremaneira após a ascensão do governo Bolsonaro, em 2019, e pela Covid-19, em 2020.

O ANDES-SN e suas seções sindicais realizaram diversas atividades durante todo o mês de março, compreendendo as diversas pautas das lutas das mulheres, em conjunto com entidades sindicais, movimentos de defesa da educação pública, movimentos populares, de mulheres indígenas, do campo, negras, feministas e trans.

Foi incorporado também às atividades do mês de luta das mulheres, o 14 de março, que, em 2020, marcou 3 anos do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL/RJ) e seu motorista Anderson Gomes.

Agenda

No dia 7 de março, o ANDES-SN integrou o ato virtual, organizado em parceria

com diversos movimentos. No dia 8, Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, as seções sindicais realizaram atos virtuais, debates, carreatas, manifestações públicas, colagem de lambes, carros de som que levaram as reivindicações das mulheres por melhores condições de vida, pelo fim da violência de gênero, por vacina para todas e todos, auxílio emergencial imediato e decente e pelo Fora Bolsonaro.

No dia 9, o Sindicato Nacional realizou uma live em parceria com mulheres de vários outros movimentos do campo e da cidade. Além do debate, a transmissão contou com apresentação cultural de Tambores do Safo, grupo musical que defende o pensamento crítico feminista e do empoderamento das mulheres.

Rosineide de Freitas, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), avalia que a construção do 8 de Março, tanto nas atividades nacionais quanto locais, foi uma grande sinalização da unidade e articulação entre diversas entidades

dos movimentos de mulheres, sindicais, sociais em torno de uma mesma pauta.

“Avaliamos como positiva a construção, porque sinalizou a necessidade da unidade e efetivou essa unidade do movimento de mulheres. Trouxe pautas centrais para defesa da vida, entendendo que nós, mulheres, temos a tarefa de sermos novamente, como na construção do #EleNão, a ponta de lança para construção da unidade no campo progressista da esquerda para lutar contra esse cenário de retirada de direitos, de um governo genocida, de um negacionismo que mata, de uma condução equivocada e irresponsável da pandemia”, pontua.

Ela ressalta que outro fator importante das atividades realizadas por todo o país, foi o esforço coletivo para dialogar com as mulheres que estão fora dos movimentos organizados, compreendendo as diferentes realidades que vivem.

“[Tivemos] a construção de uma jornada e não mais uma ação pontual. Então, a gente começou no dia 7, mas sinalizamos outras ações importantes numa jornada de luta das mulheres, em prol de todas as vidas. Um ato político que congrega as mulheres no

cenário de luta e aponta que não dá mais para fazer política sem as mulheres e sem pensar as nossas questões”, acrescenta. A dirigente ressalta que, apesar de positivo, é necessário ainda ampliar as manifestações e atuações em massa, envolvendo mais setores da sociedade.

14M

Sobre a inclusão do 14 de março no calendário de lutas das mulheres, Rosineide ressalta que, ainda que tenham questões a avançar no movimento das mulheres unificadas e nos feminismos que constroem esse movimento, há uma sinalização de que essa unidade vem crescendo e a inclusão do 14 de março aponta para isso também, uma vez que o crime foi contra uma mulher negra, bissexual, mãe e favelada.

Ela ressalta que são as mulheres autodeclaradas pretas e pardas a maioria entre as mulheres que vivem do trabalho e que são responsáveis por chefiar suas famílias. Entre aquelas que vivem do seu trabalho, as mulheres negras são as que têm piores condições de vida, menores remuneração e que estão na base da organização do mundo do trabalho.

As mulheres pretas e pardas também são as que mais morrem vítimas de feminicídio e que mais sofrem violência doméstica. E, ainda, são aquelas que estão na linha de frente, aquelas que têm a suas vidas ceifadas, que veem os seus filhos sendo executados pelo Estado.

“A sinalização do 14 de março também aponta para os movimentos

feministas de mulheres a necessidade da gente olhar de forma mais qualificada, intencional e estruturante para questão das mulheres pretas. Acho que isso também foi uma sinalização que foi marcada pela construção unificada. Acho que é necessário, como eu tenho defendido, racializar as pautas, entendendo quais são as consequências do Estado brasileiro, que é fincado numa lógica escravocrata e colonial, que tem questões de classes estruturantes e desigualdades marcadas pela cor da pele. A cor da pele, a herança ancestral, estrutura essas desigualdades”, avalia.

Durante todo o mês de março, o ANDES-SN também divulgou diversos conteúdos em suas redes sociais sobre a precarização do trabalho e feminicídio, trabalhos artísticos de mulheres, entre outros, e lançou o documentário “Narrativas docentes: a luta das mulheres”.

Manifesto pela vida

Antecedendo o Dia Internacional de Luta das Mulheres, o ANDES-SN, junto com mais de 80 entidades, assinou o manifesto “Mulheres na Luta pela Vida! Fora Bolsonaro, Vacina Para Toda População e Auxílio Emergencial Já!”. O documento foi uma das ações referentes ao dia 8 de março.

Segundo o manifesto, a pandemia da Covid-19 aprofundou as desigualdades de classe, raça e de gênero com o aumento da pobreza e o crescimento da população em situação de rua. No que tange as mulheres, o texto aponta que vida delas

segue ameaçada por um projeto de morte, conduzido pelo presidente Jair Bolsonaro e com o apoio de fundamentalistas e setores conservadores dos três poderes, além da mídia hegemônica a serviço do capital nacional e internacional.

O documento, que pode ser acessado no site do ANDES-SN, cita a precarização dos serviços públicos, com os efeitos da Emenda Constitucional (EC) 95, do Teto dos Gastos, e a crise da saúde pública que foram aprofundadas pela pandemia. Para as entidades, o objetivo é a privatização e a venda das empresas públicas no país.

Desmorte

Além das políticas mais amplas de desmorte dos serviços públicos, como a reforma da Previdência, a Trabalhista, EC 95 e a recém-aprovada PEC Emergencial – que afetam sobremaneira a vida das mulheres –, desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência, as políticas específicas voltadas para saúde, bem-estar, segurança das mulheres cis e trans estão sendo minguadas.

Vários programas e fóruns de debate e participação da sociedade civil foram desativados, como o Comitê de Gênero, Diversidade e Inclusão e o programa da Casa da Mulher Brasileira, que acolhia vítimas de violência doméstica.

Em novembro de 2020, o site UOL revelou que o governo destinou apenas 5,4% da verba total prevista para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A pasta recebeu apenas R\$ 9,2 milhões dos R\$ 167,7 milhões que deveriam ter sido repassados.



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

A pergunta “Quem mandou matar Marielle?” ecoou Brasil afora e atravessou as fronteiras. O questionamento e a imagem da vereadora do PSOL assassinada em 2018 foram projetadas no Congresso Nacional, em Brasília (DF). Em 16 capitais e várias outras cidades brasileiras, projeções de imagens e atos marcaram, também, os três anos da execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. Manifestações ocorreram em países da Europa e América Latina.

“São três anos da execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. São três anos que o Estado brasileiro se nega a dar resposta sobre quem mandou matar Marielle Franco e quais foram as motivações,” aponta Rosineide de Freitas. Para a diretora do ANDES-SN, a execução de Marielle foi uma tentativa de executar todas as pautas pelas quais ela lutava e as pessoas que também lutam por elas.

ALERTA FEMINISTA

Está em curso no Senado Federal uma nova tentativa de criminalizar o aborto no Brasil. O projeto de lei 5345/2020 pretende retirar direitos já garantidos pelas mulheres, criminalizando o aborto nos casos já previstos em lei, sob o pretexto de proteger a vida e as gestantes desde a concepção. Na verdade, visa criminalizar as mulheres que interromperem a gestação, seja por risco à sua vida, por estupro ou por gestarem fetos anencéfalos.

Participação feminina na política cresce mas ainda é tímida e insuficiente

Sub-representação das mulheres tem consequências para toda sociedade



Foto: Mariana Oliveira / Agência Câmara

Talíria Petrone, deputada federal pelo Psol/RJ, discursa no plenário da Câmara com a filha Moana Mayalu. Parlamentares têm direito a apenas 4 meses de licença maternidade.

Até o dia 3 de novembro de 1932, as mulheres não tinham direito a voto. E, mesmo então, apenas as alfabetizadas e empregadas conquistaram a possibilidade de eleger representantes. Quase um século e inúmeras conquistas depois, hoje todas têm direito a escolher as suas representantes. Porém, em 2021, embora representem mais da metade da população (52%) e do eleitorado (52,5%), as mulheres ocupam menos de 15% dos cargos políticos.

Após 23 anos da aprovação da lei de cota nas listas partidárias, que instituiu 30% de proporcionalidade eleitoral, em 2018 foram eleitas apenas 77 deputadas federais para o total de 519 vagas, o que, apesar de pouco, aumentou a presença feminina entre parlamentares federais de 11% para 15%. Já no Senado, que teve renovação de dois terços de seus assentos, foram eleitas sete senadoras. E, no ano passado, pouco mais de um terço de todas as candidaturas municipais foram femininas (33,55%).

Para uma das representantes eleitas, a deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ), “a representatividade de mulheres na política é vergonhosa”. Ela destaca que “a ausência de mulheres na política significa ter um Congresso Nacional e os legislativos estaduais e municipais que não refletem a realidade da formação brasileira”.

O fato da diversidade da população do país não estar representada no parlamento pode ser expresso em números. O Brasil está no 157º lugar do ranking mundial na proporção de mulheres na Câmara e no Senado, numa lista de 196 países, segundo levantamento da União Interparlamentar.

Em um país em que, além do machismo, o racismo também é estrutural, e o conservadorismo aumentou nos últimos anos, o recorte de raça é um obstáculo a mais. A mulher negra e periférica tem ainda menos espaço dentro dos partidos políticos e, por consequência, nas cadeiras das casas legislativas. Talíria destaca que “na Câmara, das 77 eleitas, apenas 13

são negras, isso numa realidade em que representamos 20% da população”.

Para a deputada federal, isso significa que as demandas das mulheres, sobretudo das mulheres negras, podem ficar desatendidas, uma vez que as casas legislativas não têm representação suficiente que dê conta das pautas dessa parcela significativa da sociedade. “É urgente que esse cenário mude. Precisamos ocupar os espaços de poder, dar voz a um setor da população que historicamente é silenciado e tem seus direitos arrancados por parlamentares, em sua ampla maioria homens brancos e da elite”, defende.

A falta de representatividade não é só no legislativo. A partir desse ano, apenas 658 municípios são comandados por mulheres. Isso representa apenas 11,8% dos cargos que estiveram em disputa nas eleições municipais de 2020 nos 5.570 municípios do país.

Talíria reforça que é necessário intensificar a luta por maior participação das mulheres nos espaços de decisão política. “Não é

mais possível naturalizar a nossa ausência na política. É preciso disputar, entendendo que também não basta ser mulher, mas é preciso estar conectada com a luta por direitos”, afirma.

Leis pela representatividade feminina

A Lei eleitoral 9504/97 foi a primeira a estabelecer cotas de gênero nas candidaturas. Já o preenchimento do percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas foi instituído pela Lei 12.034/2009.

No entanto, a reserva de parte da arrecadação e gastos dos fundos partidários demorou uma década para ser estipulada. Apenas em 2019, a Resolução TSE nº 23.607/2019 definiu a destinação de 30% do montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para campanhas femininas. Raramente, entretanto, o número de candidatas ultrapassa os exatos 30%.

Passos lentos

No imaginário como na vida real, as estruturas internas da cena política são ocupadas por homens brancos, cisgêneros, oriundos de classe média ou alta. O rompimento com essa figura naturalizada é visto como excepcional. Com o aumento, mesmo que a passos lentos, de candidaturas femininas negras, indígenas, LGBTQ+, essa lógica tende a mudar.

Em 2020, foram eleitas 9 mil mulheres; do total de vereadoras e vereadores eleitos, 6,3% foram mulheres negras. Verdade é que, em paralelo, houve aumento no número de candidatas mulheres conservadoras, nos partidos de direita e extrema direita. São

elas, muitas vezes, que barram os avanços feministas no Congresso Nacional, num fenômeno em que mulheres recebem apoio financeiro para serem as representantes da lógica machista.

Talíria Petrone considera que o simples fato de haver presença da mulher na política implica no avanço das questões femininas. “À medida que mais mulheres com histórico de atuação nas lutas feministas entram na política institucional, nos parlamentos país fora, as necessidades dessa grande parcela da população terão mais voz”, defende a deputada.

“Precisamos ocupar, para qualificar as discussões e mudar a mentalidade que atualmente move a política, fortemente ancorada no sexismo e no racismo”, afirma a deputada. As questões da mulher, ainda que não circunscritas apenas ao universo feminino, devem ser pautadas por todos.

Ela destaca que há urgência em debater a legalização do aborto e garantir os casos previstos em lei; em aprovar projetos que garantam atenção básica no parto e nos pós-parto e a licença parental, garantindo os cuidados com a cria; definir mecanismos de combate à violência e ao feminicídio; criar possibilidade de melhorias nas condições de vida das trabalhadoras; implementar creches públicas para que as mães possam trabalhar, entre outras demandas. “As pautas não são apenas nossas, mas a nossa presença é imprescindível”, complementa Talíria.

Impunidade que reforça ameaças

Entre as mulheres feministas, as negras, indígenas, travestis e transexuais, as lutas, além de desafiadoras, cada

vez mais têm se tornado também ameaçadoras. Desde o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ), que no dia 14 de março completou três anos e até o momento ainda não foi esclarecido, as ameaças a essas figuras políticas têm aumentado e ataques racistas, transfóbicos e até ameaças contra a vida têm sido constantes.

Recentemente, *Dogolachan*, o maior grupo de ódio organizado na internet brasileira, enviou e-mails às vereadoras Benny Briolly (PSOL/Niterói); Duda Salabert (PDT/Belo Horizonte); Carol Dartora (PT/Curitiba) e Ana Lúcia Martins (PT/Joinville) com insultos racistas misturados a ameaças. Benny Briolly, primeira vereadora trans a ser eleita em Niterói (RJ), com 4.376 votos, recebeu também insultos transfóbicos.

As ameaças, claro, atingem não apenas as vítimas diretas e suas famílias, mas também o conjunto da sociedade. O recado é claro: há grupos que não querem ver corpos de mulheres, negras, indígenas, trans ocupando lugares na arena política.

A deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ) também é vítima de constantes ameaças de morte. Por orientação, mudou de residência e de cidade, passou a andar com segurança e chegou a solicitar ajuda internacional ao perceber que não encontrava a proteção necessária na esfera nacional. Ela própria sintetiza, em uma frase, qual deve ser a luta das mulheres nos espaços públicos de poder e decisão: “a máxima ‘nada mais sem nós’ nunca foi tão atual e verdadeira”, diz Talíria.



Mães solo acumulam desafios coletivos, demandas familiares e retrocessos sociais



Na esteira da crise social, política e sanitária trazida pela pandemia de Covid-19, as mães que criam seus filhos e suas filhas sozinhas enfrentam todos os desafios coletivos e mais um punhado de retrocessos. Com o fechamento de escolas e creches, a organização da rotina das “mães solo” ficou ainda mais difícil.

Mais de 11,5 milhões de brasileiras são mães solo que, além das dificuldades de sustento, se vêm frente ao acúmulo de tarefas domésticas e de sobrecarga mental por ter de arcar com todas as decisões familiares. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 61% dessas mães são negras e 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza: aproximadamente R\$ 145 mensais por pessoa, em 2018, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto.

As mães que puderam continuar exercendo seus trabalhos de casa acumularam ainda a administração das aulas online dos filhos, quando foram oferecidas, e ainda todas as demandas domésticas.

Muitas, devido ao isolamento social e/ou a redução na renda, abriram mão do trabalho de outras mulheres que ajudavam nas tarefas domésticas,

impactando a vida de outras mulheres. Com isso, as trabalhadoras domésticas viram seu rendimento pulverizado da noite para o dia: 45% dessas trabalhadoras foram dispensadas sem nenhuma remuneração desde o início da pandemia.

As ONGs Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF) divulgaram um relatório conjunto que revela que 50% das brasileiras cuidam de, ao menos, mais uma pessoa durante a pandemia e 40% relatam que o isolamento social pôs em risco o sustento de seus lares.

Oitavo país mais desigual do mundo, o Brasil registrou uma queda de 45,8% na participação feminina no mercado de trabalho em 2020, o pior resultado nas últimas três décadas segundo o IBGE. Ao todo, quase 8,5 milhões de brasileiras deixaram o mercado de trabalho no último ano.

Mãe solas na Academia

A professora Natássia Garcia, da Universidade Federal de Goiás, experimenta diariamente a situação de ser mãe solo e ter que administrar o trabalho doméstico, de cuidado e o acadêmico, sendo contratada com dedicação exclusiva, atuando na graduação e pós-graduação.

Mãe de um menino de 4 anos, ela

conta que desde 15 de março do ano passado a creche municipal onde seu filho ficava em período integral foi fechada, mesma data em que ela iniciou o trabalho remoto. Nesse um ano de pandemia, a docente da UFG contraiu Covid-19, teve que lidar com o machismo e a falta de apoio na universidade e ouvir comentários como “Isso você faz rapidinho quando o Bento dormir”. E ainda, a comparação esdrúxula de dois colegas homens sem filhos em idade pré-escolar: “Não justifica sua carga horária de aula ser menor na graduação, nós também damos aula na Pós-Graduação como você”.

“Por um ano venho levantando a questão em reuniões de área, enviei e-mails às reitorias, mensagens de voz aos coordenadores, mensagens no Instagram da UFG, liguei no sindicato local... Sempre buscando pautar a invisibilidade das mães (discentes, docentes e funcionárias) e das crianças, em especial das mães solo. Fui ignorada em todas as instâncias. Não nos ouviram e não acolheram nossa demanda para elaborarmos uma política de inclusão que nos incluísse e considerasse nossas condições específicas, bem como de nossas crianças”, conta a professora.

Levantamento do projeto brasileiro *Parent in Science* realizado com 2 mil acadêmicas e acadêmicos corrobora a percepção de Natássia: 52% das mulheres com filhos não concluíram artigos científicos que estavam em andamento no período pré-pandemia, contra 38% dos homens com filhos. A publicação dos trabalhos, como se sabe, é condição essencial para progressão de carreira.

“Segundo uma pesquisa feita pelo Ministério da Economia essas mulheres, especialmente as que têm filhos em idade pré-escolar, foram as que mais sofreram o impacto do período pandêmico. Mas quem nos ouve quando falamos do assunto? Muitas vezes, até inferem que se trata de um “problema pessoal”. E, por isso, penso que precisamos continuar lutando pelo direito das crianças e sendo feministas. Pois estamos exaustas!”, acrescenta Natássia.